

Introdução

Toda sociedade deve primar pelo bem-estar e o desenvolvimento do Estado. Cada cidadão deve ser responsável e responsabilizado legalmente, pelos seus actos, quando a Lei assim o exigir. Tudo isso, só será possível quando, de forma conjunta, houver uma intimidade entre a educação familiar e a educação estatal.

A educação é a base para o desenvolvimento, a falta dela é sinónimo de desordem. Nesta senda, o Estado angolano tem, através do ensino público, privado e educação familiar, desenvolvidos esforços para que a sociedade angolana tenha um alto nível escolar/educacional.

A responsabilidade da educação de qualquer cidadão é da sua própria família, passando apenas para o Estado a responsabilidade de dotar o indivíduo de conhecimentos técnicos/profissionais, para torna-lo capaz de contribuir para o desenvolvimento do Estado.

Ora que, algumas vezes nos deparamos com problemas, no interior dos estabelecimentos de ensino, que em nada contribuem para o desenvolvimento da comunidade escolar, logo, nem para o do Estado.

Dessa forma, no âmbito da realização do Trabalho Individual Final do 4º Curso de Direção e Estratégia Policial, é nossa pretensão abordar, de forma breve, um dos problemas vividos pela referida comunidade, “O CONSUMO DE DROGAS NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES”.

Temática e objectivo

O consumo de drogas é um fenómeno preocupante com o qual, nos últimos tempos toda sociedade tem convivido. O seu crescimento alarmante, leva a que os Governos dos Estados interessados em resolver o problema, organizem e realizem grandes seminários onde se debate a origem do fenómeno e são apresentados projectos para o enfrentamento ao mesmo, sem que se firam os direitos do homem e muito menos, para o nosso caso de estudo, os direitos da criança. Luanda tem sido palco de alguns seminários relacionados com o facto, uma vez que é um fenómeno que tem vindo a preocupar a sociedade angolana e particularmente a luandense.

No estudo presente, procuramos identificar os factores que estão associados ao surgimento do consumo de droga em Luanda, bem como as reacções e a intervenção, ao nível da prevenção e repressão da mesma.

Sendo uma das funções prioritárias da PNA, esta entidade é, por excelência, a responsável máxima no enfrentamento ao tráfico e consumo de drogas. Não nos podemos esquecer que a resolução desse problema, depende do bom funcionamento e do trabalho conjunto dos organismos envolvidos e que legalmente têm autoridade para o fazer. Assim, para o nosso caso, para além do Ministério do Interior (PNA), fazem parte deste agregado de instituições o Julgado de Menores (JM), representante do Ministério da Justiça; o Instituto Nacional da Criança (INAC), do Ministério Angolano da Reinserção Social (MINARS) e Organizações Não Governamentais existentes no país.

Apesar de existirem as instituições citas no parágrafo anterior, focamos a nossa pesquisa no organismo policial BSE, uma vez que faz parte da “linha da frente”¹ do “aparelho repressivo”² do Estado angolano, pelo que, é o primeiro a lidar com os casos que surgem relacionados com o consumo de droga na comunidade estudiantil.

Com este trabalho pretendemos atingir os seguintes objectivos:

- Identificar e descrever o trabalho das instituições formais e informais que procuram prevenir, enfrentar e resolver o problema do consumo de droga nas escolas;
- Identificar e descrever, em particular, as estratégias e os processos policiais mais eficazes para prevenir e enfrentar o consumo de droga nas escolas.

¹ Chamamos “linha da frente” por serem os primeiros a ter contacto com os problemas causados pela delinquência juvenil.

² Para o nosso caso, fazem parte do aparelho repressivo o Ministério da Justiça e o Ministério do Interior, que desempenham as respectivas funções através dos seus respectivos órgãos.

Com isto questionamos o seguinte: *Será a estratégia utilizada pela PNA no enfrentamento ao consumo de droga nas escolas de ensino médio, adequada à sua realidade actual?*

Com base na investigação pretendemos dar o nosso contributo para a resolução dessa problemática, servindo também este trabalho como um alerta às autoridades competentes, bem como para o auxílio da elaboração de **“PLANO DE ACÇÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO CONSUMO DE DROGA NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE LUANDA”**, com o fim de colaborar na criação de um mecanismo capaz de reduzir a prevalência dessa tipicidade criminal.

Com certeza, pensamos nós, que as autoridades competentes já têm projectos elaborados relacionados com o tema, pelo que esperamos que este trabalho seja uma mais-valia para futuros projectos.

Hipóteses

Tendo em conta os nossos objectivos, procuraremos aferir as seguintes hipóteses:

1º O aumento recente do consumo de droga está relacionado com os processos de mudança sócio-económica, demográfica, política e cultural que têm caracterizado a cidade de Luanda nos últimos anos;

2º A eficácia da prevenção e do enfrentamento ao consumo de droga, depende da articulação entre instituições formais e informais de controlo social;

3º A maior ou menor eficácia da intervenção da Polícia Nacional de Angola na área do consumo de droga, está associada à adaptação de novas estratégias e processos de policiamento, em articulação com o Julgado de Menores e com a sociedade civil (Família, Comunidades escolares e Organizações Não Governamentais).

Contexto de investigação

A Polícia é o garante da lei, é a autoridade, é ela a salvaguarda da legalidade democrática, dos direitos e liberdades dos cidadãos, promovendo a ordem e a paz.

Em Angola esta tarefa policial, conforme rezam os artigos 209º e 210º da Constituição da República Angolana, é da responsabilidade da Polícia Nacional de Angola, cabendo a ela a reposição e manutenção da ordem e da paz. Segundo as suas competências, uma das responsabilidades da PNA é de

enfrentar e controlar o consumo de droga, especificamente para o nosso caso, em estabelecimentos escolares.

Dessa forma, e para que o serviço prestado pela polícia e pelas autoridades competentes seja o adequado e o esperado pela sociedade, defendemos que deverá existir uma parceria entre o cidadão (aquele a quem podemos chamar cliente) e o polícia de rua (o fornecedor), que tem contacto com o cidadão. Nesta parceria, podemos ter como grande objectivo a detecção de possíveis casos problemáticos, evitar o seu progresso e até mesmo o seu início.

Para alcançarmos esse desiderato, conversamos com profissionais de polícia e directores de escolas, bem como com alguns alunos.

De realçar que existe pouca literatura relacionada com o tema, isto é, que aborde precisamente o consumo de droga nas escolas no município de Luanda. Ainda assim, teremos todo interesse em abordar este assunto que julgamos bastante importante, pertinente e actual.

Metodologia

Para a elaboração do nosso trabalho, foi efectuada uma observação documental através de alguma literatura e legislação existente, com realce para o relatório da BSE referente ao ano lectivo de 2016, bem como uma observação directa, isto é, entrevistas à um profissional de polícia e às autoridades competentes (directores de escolas), que trabalham no enfrentamento e prevenção ao consumo de droga no espaço geográfico por nós definido, bem como a aplicação de inquérito a comunidade estudantil da mesma área.

No primeiro capítulo situamos o objecto de estudo, falamos de dados que estão directa ou indirectamente relacionados com o nosso tema de estudo.

Nos capítulos seguintes, explanamos melhor tudo o que por nós foi estudado, tal como os sistemas de prevenção e enfrentamento ao consumo de droga nas escolas, as entidades envolvidas nestes sistemas, bem como da eficácia desses sistemas.

Finalmente fizemos uma análise ao trabalho e estudo realizado, da qual chegamos a algumas conclusões que, esperamos, sirvam de orientação para futuros estudos e/ou enriquecer os estudos já existentes sobre o mesmo tema, bem como melhorar os programas existentes, através das recomendações por nós sugeridas.

De realçar que, tendo em conta que Angola não ractificou o novo acordo ortográfico e, sendo o trabalho elaborado por angolanos residentes no país de

origem, importa realçar que, algumas palavras estarão escritas conforme a anterior ortografia portuguesa.

Capítulo 1. A Cidade de Luanda

1.1 Breve introdução histórica e principais características sócio-demográficas, económicas, culturais e políticas.

Fundada em 1576 pelo primeiro governador de Angola, Capitão do Reino de Portugal Paulo Dias de Novais, Luanda³ é a capital do país. Com cerca de 2257 km², situada no litoral em quase toda a sua fronteira tem como vizinha a província do Bengo, tendo apenas a oeste a beleza do Oceano Atlântico.

Reza a história de Luanda que apenas em 1605 teve a classificação de cidade e que entre 1641 e 1648 esteve sob o domínio dos holandeses, tendo sido reconquistada, nesta altura, pelo Comandante colonial Salvador Correia de Sá e seus comandados, recuperando assim a actual capital angolana para o império português.

Nesta altura, o império, com esforço, começou a restaurar tudo o que havia sido destruído com a invasão dos holandeses, bem como a construir novos edifícios. Entre os séculos XV e o XVIII, foram construídas obras notáveis que hoje são consideradas monumentos históricos e património nacional, tais como a fortaleza de São Pedro da Barra e o edifício onde funciona o Governo provincial de Luanda.

À medida que Luanda se desenvolvia registava também um crescimento demográfico. Por volta dos anos 60/70 do século XX, a cidade contava com cerca de 800 mil habitantes na área urbana, já excedendo o número de habitantes para o qual foi projectada (cerca de 600 mil habitantes).

Com a conquista da Independência Nacional à 11 de Novembro de 1975, proclamada pelo 1º Presidente de Angola e presidente do MPLA,⁴ António Agostinho Neto, Luanda passa a ser a melhor escolha para quem procurava melhores condições de vida. Foi também a partir dessa altura que se desencadeou o grande flagelo de Angola, a guerra civil, que teve como protagonistas os partidos MPLA, UNITA⁵ e FNLA⁶, que durou cerca de 30 anos,

³ A origem do nome Luanda provem de Axiluanda, singular de Muxiluanda que quer dizer homens da ilha/mar, ou seja, os nativos da ilha do cabo mais conhecida como ilha de Luanda.

⁴ A sigla MPLA quer dizer Movimento Popular de Libertação de Angola e é um partido político fundado em 1956, através da junção de vários movimentos patrióticos que lutavam pela independência do povo angolano.

⁵ Foi presidente e fundador da União Nacional para Independência Total de Angola – UNITA o falecido Jonas Malheiro Savimbi.

⁶ A FNLA é o partido da Frente Nacional de Libertação de Angola, este partido tem maioritariamente os seus membros na província de Cabinda e até pouco tempo atrás lutaram, não politicamente mas pela força das armas, pela autonomia da província de Cabinda.

sendo este o principal motivo do grande crescimento demográfico que se registou em Luanda.

Em 1992, o território e os habitantes luandenses sentiram um pouco do que se viveu em determinadas zonas do país, as forças governamentais e a UNITA travaram confrontos em plena capital, tendo como consequência a destruição de vários edifícios governamentais e particulares, um grande número de mortes e um cenário macabro.

Apesar de tudo, a província capital conta hoje com uma população que ronda os 7 milhões de habitantes, sendo que a maior parte dos residentes vive em musseques⁷. O crescente número de habitantes e a falta de estruturas para fazer face as exigências têm criado graves problemas, tais como a falta de saneamento básico, transporte público, um bom atendimento médico e outros, o que leva, conseqüentemente ao surgimento de problemas de fórum policial.

Luanda é, a nível nacional, considerada como um importante centro comercial e industrial, visto que algumas fábricas já foram recuperadas e outras estão em vias de recuperação, bem como o crescente interesse de empresários nacionais e estrangeiros de investir em vários negócios que terão como base a capital. Em parte, a importância de Luanda comercialmente, advém da existência das indústrias de transformação de produtos agrícolas, produção de bebidas, têxteis, plásticos, sapatos, cigarros, indústria metalúrgica, a fábrica de cimento e outros materiais de construção e uma grande refinaria que já foi alvo de ataques bombistas durante a guerra civil, mas já recuperada. Como mais valia, a cidade capital conta ainda com o Porto de Luanda para fazer as exportações e importações dos mais variados produtos.

A par de tudo isto, o comércio ilegal tem vindo a crescer, tratando-se de um grande problema e de difícil resolução para o governo provincial, uma vez que tem tudo a ver com as necessidades básicas da população, atendendo à questão do desemprego⁸.

Para contribuir para o aumento em massa da população luandense regista-se também um aumento significativo de imigrantes malianos, senegaleses e congolezes, que tendo visão para o negócio logo começaram por instalar

⁷ Gigantescos bairros populares no arredores ou periferia da cidade, sem grandes condições de habitabilidade, com graves problemas no abastecimento de água, luz e precárias condições sanitárias.

⁸ O desemprego é um dos grandes problemas daquela população cidadina. Tendo necessidade de suprir as suas carências acabam por vender qualquer coisa a porta de casa, uma vez que estão sem emprego, de realçar que esta venda é ilegal pois as pessoas que normalmente a praticam não têm licença para tal.

grandes armazéns e pequenas lojas (algumas ilegais)⁹, predominantemente, de produtos alimentares.

Toda essa movimentação leva a que se verifiquem grandes engarrafamentos, que por vezes, são agravados ou provocados pelos vendedores ambulantes e os taxistas, vulgo candongueiros, muitos dos quais praticam a actividade em condições ilegais, fazendo o transporte excessivo de passageiros e sem licença para o exercício da actividade, passando por cima de todas medidas estabelecidas para o normal e legal funcionamento da actividade.

Com o financiamento do Governo chinês, estão em andamento projectos que visam a substituição de condutas de água potável, o melhoramento do fornecimento de energia eléctrica, dos caminhos de ferro, do sistema de saneamento básico e construção de passeios, bem como a construção de moradias, com vista a minimizar a situação das construções anárquicas existentes na capital. Tal situação se vive porque o governo não tinha um projecto atempado de urbanização capaz de acompanhar o crescimento demográfico que se tem registado.

O surgimento de zonas urbanas como as Centralidades do Kilamba, Sequele, Zango e KM44, dão uma nova visão aos arredores da cidade e contribuem para o desenvolvimento e melhor distribuição dos residentes naquela cidade.

Analisando as palavras do economista angolano Alves da Rocha “ apesar de Luanda possuir melhores condições de ensino, de saúde e assistência jurídica, de ter a sede do poder político e económico, de empresas petrolíferas, dos principais bancos e beneficiar de 70% dos créditos para a economia, coloca-a em vantagem em relação às demais províncias”, mas afirma também que “ enquanto não forem criadas condições no interior, continuará o êxodo para a capital do país, que acolhe cerca de um terço da população angolana”¹⁰, pelo que, afirmamos que tem de se empreender no interior do país para que se consiga resolver o problema do número excessivo de habitantes em Luanda.

Mesmo com essas dificuldades, o Governo tem vindo a enveredar esforços para o desenvolvimento de Luanda, contudo, do ponto de vista do economista Alves da Rocha, o Governo deveria conceber um plano a longo prazo que determine as prioridades e necessidades de investimento, disponibilizando e divulgando o mesmo, com vista a uma melhor orientação de investidores nacionais e estrangeiros sobre tais necessidades e oportunidades de negócios.

⁹ Boa parte dessas lojas são abertas em locais sem as devidas condições comerciais e nem passam por uma fiscalização, pelo que nem sequer têm a licença de comercialização.

¹⁰ *Idem.*, pp. 94 e 95.

Capítulo 2. Ilícitos de droga em Luanda

2.1 Conceitos

Caracterizar o tráfico e consumo de droga em Luanda, é como diagnosticar um câncer maligno que estende as suas ramificações rapidamente.

Nos últimos anos, a cidade capital tem registado um aumento do mesmo, o que em nada abona o desenvolvimento saudável da sociedade luandense. Diga-se, em abono da verdade, que a convivência multicultural trás as suas consequências, pois o que para uns é um costume/hábito, para outros não é. Aqui falamos, concretamente, da relação existente entre cidadão de determinadas nacionalidades e o uso de algumas substâncias psicotrópicas, as chamadas drogas.

Com base na observação “in loco”, feita por nós, podemos afirmar que a franja mais afectada por esse fenómeno é a juvenil, pois é a que tudo experimenta e que, nos últimos tempos, parece fazer questão de ter uma conduta indecorosa.

Para o avanço do nosso estudo é importante considerarmos os seguintes conceitos:

Consumo experimental (*): Primeiro contacto que a pessoa tem com uma substância tóxica, levada pela curiosidade, pela pressão do grupo (pressões emotivas ou de moda que permitem se rompa a barreira entre consumir e não consumir).

Consumo ocasional (*): acção de consumir a droga sem chegar a ser um tóxicodependente, com um grande intervalo entre um consumo e outro. Pode acontecer de forma voluntária ou involuntária dependendo das circunstâncias que se der o caso.

Consumo recreativo (*): a pessoa identifica o consumo de droga como uma diversão ou por prazer. No momento do consumo não analisa as consequências negativas da sua acção, logo nega qualquer problema ou dano que o mesmo possa causar.

Consumo premeditado: Prepara-se com antecedência para fazer o consumo da droga, esperando o melhor momento para efectivar a acção. Isso reflecte uma necessidade progressiva do uso da droga.

Drogas (*): Toda substância natural ou sintética que quando introduzida em um organismo vivo, pode modificar uma ou mais das suas funções. Podem ser usadas medicinalmente para tratar ou prevenir enfermidades ou indevidamente com fins destintos. Qualquer substância, natural ou sintética, que fazem parte das listas I e II da Convenção Única sobre Estupefacientes (1961) e as da Listas I a la IV do Convénio sobre Substâncias Psicotrópicas (1971).

As substâncias que fazem parte das listas das Convenções Internacionais e das do Ministério da Saúde considere necessárias, as que ao serem utilizadas abusivamente, provocam consequências nocivas para o indivíduo e para a sociedade que podem criar dependência física ou psíquica.

(*) – Todos os conceitos acima descritos estão baseados nas reflexões de Juan Carlos Melero do seu livro: ABC das Drogas.

Prevenção - Acto de se antecipar as consequências de uma acção, no intuito de acautelar o seu resultado, corrigindo-o e redireccionando-o por segurança. Substancia. Dicionário Universal língua portuguesa.

Enfrentamento - Esforço cognitivo e comportamental para lidar com situações de dano, de ameaça ou de desafio quando não está disponível uma rotina ou uma resposta automática (dicionário Universal língua portuguesa).

2 . 2 – Causas e consequências do consumo de drogas

O combate ao consumo de droga, só se satisfaz, quando existe uma perfeita harmonia entre “crescimento económico e crescimento social”, capaz de suprir as necessidades básicas da classe baixa ou criando mecanismos que eliminem essa mesma classe em qualquer sociedade.

A sociedade angolana não é diferente, isto significa que o crescimento económico possibilita ao Governo angolano criar equipamentos sociais adequados (escolas hospitais, estradas, entre outros) que facilitem o rápido crescimento e desenvolvimento dos recursos humanos, ao mesmo tempo que se constrói um modelo de identidade Nacional, onde genuinamente, todos os angolanos se possam rever como um factor importante para o exercício pleno da cidadania e o desenvolvimento da nação.

Na realidade em Angola, o crescimento económico não tem sido equiparado ao crescimento social. Dados apontados pelo FMI mostram que o desenvolvimento económico de Angola cresce todos os anos, superando as expectativas. Apesar de todos os esforços levados a cabo pelo Executivo Angolano, o crescimento social ainda é considerado débil, pois em nada condiz ao crescimento económico.

Se tivermos em conta o factor guerra, entenderemos que por alguns anos esse crescimento social parece não existir, mas ao revermos as actividades desenvolvidas pelo Executivo, veremos que o mesmo tem construído e reabilitado estruturas capazes de fazer frente as necessidades da população. Por outro lado, esforços têm sido feitos para qualificar e requalificar os recursos humanos nacionais, com o objectivo de melhor servir a nação e dessa forma desenvolver a mesma.

O desenvolvimento de qualquer projecto, só é possível se todos trabalharem para alcançarem o mesmo objectivo. E para Angola não é diferente, o trabalho do executivo deve ser acompanhado e desenvolvido com o povo e pelo povo angolano.

2 . 2 . 1 - Causas de consumo de drogas

Neste ponto e tendo em conta a investigação feita, falou-se daqueles que foram considerados como os dois principais motivos que podem levar um indivíduo ao consumo de drogas, sendo elas psicológicas e socioculturais.

Psicológicas

Entre os factores psicológicos que podem levar um indivíduo ao consumo de drogas, destacamos os seguintes: os riscos que um indivíduo pode correr, as desilusões, a autodestruição, a afirmação ilusória da personalidade, a adaptação, a curiosidade, o aborrecimento, a necessidade de novas experiências, a procura de uma forma de atenuar a frustração e o desencanto, a insegurança pessoal, desejo ou impressão de que elas podem resolver todos os problemas ou aliviar as ansiedades e o egocentrismo.

Socioculturais

Podemos considerar essa situação como sendo uma “doença da civilização”, pois a necessidade de evasão e ao mesmo tempo de apoio que um cidadão necessita, tendo em conta a vicissitudes da vida, levam qualquer indivíduo ao limite do seu bom funcionamento psicológico. Alguns indivíduos para satisfazer as suas necessidades ou escapar de alguns problemas decorrentes da vivência social, procuram meios que possam suprir ou eliminar temporariamente os seus problemas. Dentre as formas de supressão usadas está o consumo de drogas.

A principal causa do consumo de droga, encontra-se nos lares desestruturados ou a degradação familiar onde a falta de valores morais e cívicos se faz sentir. Por outro lado a influência do meio ambiente, tais como maus companheiros, publicitários oportunistas e outros que se aproveitam para negociar, havendo uma aprendizagem por imitação.

A melhor forma de se fazer frente a uma situação dessa, segundo Etienne Gaudet na sua obra “Drogas e adolescências, respostas as dúvidas dos pais crescer e viver”, é que estudos e pesquisas demonstraram que alguns factores que contribuem para diminuir os riscos do adolescente desenvolver aptidão para o consumo de droga na idade adulta são os seguintes:

- Boa auto estima.
- Capacidade de afirmação.
- Êxitos escolar.
- Família em que a comunicação é adequada
- Família unida
- Família que tem regras claras.
- Família composta por individuo que tem geralmente um bom equilíbrio pessoal.
- Ausência de problemas de saúde mental em ambos os pais.
- Família equilibrada no plano financeiro.

Não sendo assim conclui-se que as disfunções interactivas induzem verdadeiros sofrimentos individuais e produzem crimes, que se manifestam por sintomas de ordem patológica.

Tendo em conta essa situação, a existência de traficantes que ganham sumas fabulosas no país, aliada a livre circulação de pessoas e bens, bem como a fraca fiscalização nos pontos de entrada e saída de passageiros e mercadorias em Angola, o crescimento do tráfico e consumo de drogas tem aumentado, permitindo um fácil acesso as drogas.

2 . 2 . 2 – Consequências do consumo de drogas

Uma coisa é certa, as consequências do uso de drogas ilegais é sempre catastrófico. É difícil generaliza-las, mas tudo depende da quantidade da droga tomada, da qualidade e ainda do organismo e personalidade do sujeito.

É necessário distinguir os efeitos durante o estado de drogado e após ter passado o efeito principal. Existem políticos que defendem a sua legalização no que concerne as drogas ligeiras, ao menos para acabar com o tabu.

É verdade que algumas drogas têm efeito positivos imediatos, como a fadiga, a inibição, a dor, a fuga da realidade. Entretanto, não se deve esquecer que a droga nunca compensa. As drogas em geral trazem consequências nefastas ao organismo:

- **Consequências fisiológicas:** causam ao cérebro, distúrbios neurovegetativos, insónias, ou sonolência, náuseas, suores,

comportamentos ausentes, bulímia, fotofobia e inchaço nos olhos, possível deterioração das células sexuais e morte lenta.

- **Consequências Psíquicas:** delírios e alucinações, euforia ou depressão riso ou choro incontrolado, despersonalização, inibição, fuga a agressão, complexo de inferioridade, perturbações afectivas e mentais, psicoses (esquizofrénia e paranóia).
- **Consequências Sociais:** marginalização, desvalorização do trabalho, prostituição e/ou roubo para arranjar dinheiro e comprar droga, degradação da sociedade.

Os drogados distinguem-se pelos seus comportamentos estranhos durante ou após o efeito de droga.

O álcool é uma bebida considerada, por muitos, como sendo uma droga lícita. Ela apesar de ser legal deve ser bebida com moderação, caso contrário torna-se uma droga uma vez que tem efeitos no sistema nervoso central, provocando alterações da percepção da motricidade, dos reflexos, da capacidade de avaliação das situações e pode provocar dependência física e psíquica.

Sendo o álcool uma droga legal, lícita o seu consumo tem sido bastante exagerado e destruidor, por isso merece uma atenção especial. É tido como uma das drogas lícitas culturais por excelência. Ela está sempre presente em todos acontecimentos chaves e não só, da vida de qualquer indivíduo.

O álcool tem graves consequências sobre o ser humano. Do ponto de vista psicológico, o facto de consumir regularmente bebidas alcoólicas de forma desregrada, leva a degradação de toda personalidade diminuindo a autoestima, dificuldade de gerir corretamente as emoções, isto é, permitindo que se revele

uma conduta agressiva por parte do indivíduo embriagado, enfraquecimento da rede social tendo em conta que um indivíduo embriagado em nada contribui para a manutenção do bom nome de uma sociedade, diminuindo a concentração e o enfraquecimento da saúde do mesmo.

A bebida é tentação, todas as tentações possíveis se juntam para levar o trabalhador ao alcoolismo, pois o mesmo tem necessidade urgente de se divertir e/ou esquecer qualquer problema que existe na sua vida, buscando refúgio nas bebidas alcoólicas.

Apesar da legislação angolana não permitir que menores de 16 anos de idade possam adquirir qualquer bebida alcoólica, e estão previstas multas para os comerciantes que não respeitem a lei, alguns pais e comerciantes negligentes, orientam a compra de bebidas alcoólicas por menores.

2.3 – A questão da prevenção e enfrentamento

A prevenção ao uso de drogas tem sido uma questão muito badalada, tendo em conta o interesse de alguns países para a não proliferação do fenómeno do tráfico e consumo das mesmas. Os países interessados têm aplicado a prevenção nos seus diversos níveis, tendo em conta a realidade de cada país.

Para o nosso trabalho, interessa realçar que podem existir três tipos de prevenção, segundo o Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas (OBID), do Ministério da Justiça do Brasil, na sua página oficial da internet, consultada no dia 5 de Novembro de 2013.

Prevenção primária – O objetivo é evitar que o uso de drogas se instale ou retardar o seu início. Neste caso devem ser desenvolvidos e aplicados planos capazes de detectar acções meliantes referentes ao tráfico de drogas e abortá-las.

Prevenção secundária – Destina-se às pessoas que já experimentaram drogas ou usam-nas moderadamente e tem como objetivo evitar a evolução para usos mais frequentes e prejudiciais. Isso implica um diagnóstico e o reconhecimento precoce daqueles que estão em risco de evoluir para usos mais prejudiciais. De realçar que neste caso é necessário que o consumidor esteja interessado no tratamento preventivo, pois só dessa forma é possível chegar ao sucesso pretendido.

Prevenção terciária – Diz respeito às abordagens necessárias no processo de recuperação e reinserção dos indivíduos que já têm problemas com o uso ou que apresentam dependência. Tal como na prevenção secundária, é necessário que o consumidor assuma que tem um problema e que precisa de ajuda para sair da situação em que se encontra.

Apesar de se tentar fazer uma distinção entre os níveis de prevenção, podemos dizer que de um plano único podemos obter resultados para os três tipos aqui mencionados.

A mesma nota informativa diz que:

“Na infância, as intervenções preventivas abordam a promoção de saúde em uma perspectiva ampla e podem ser feitas com orientação adequada a pais e professores, usando a criatividade e diversas atividades para propiciar a aquisição de habilidades e experiências que tenham efeito protetor.

A prevenção voltada para os adolescentes ocorre principalmente nas escolas, por ser esse o local que, idealmente, todos os jovens deveriam frequentar.

É mais fácil iniciar um trabalho de prevenção nas escolas, que têm uma estrutura organizada, voltada para passar informações e dar orientações aos

alunos e que mantêm contato com os pais. Entretanto, não é na escola que a prevenção atingirá os jovens de maior risco. Os jovens com problema de conduta, geralmente, abandonam a escola e não se envolvem com regularidade em atividades nas quais também podem ser alvo de ações preventivas.

Nesse caso, ações desenvolvidas na comunidade seriam mais indicadas. Para mobilizar um grupo dentro da comunidade, muitas vezes, é preciso iniciar algum trabalho em uma instituição da região, que pode ser uma escola a partir da qual, com o envolvimento dos alunos, pais, professores e funcionários, podemos expandir as ações para a comunidade ao seu redor, envolvendo líderes comunitários, religiosos e grupos de jovens. É necessário que as ações sejam desenvolvidas em vários âmbitos, com ações integradas entre as diferentes áreas sociais.”

O que nos leva a dizer que para a elaboração e aplicação de um plano preventivo, para além dos problemas socioeconómicos, devemos também ter em conta a idade do público-alvo.

Para esse trabalho, a questão do enfrentamento deverá ser encarada como um serviço social a ser desenvolvido por um profissional conhecedor das disparidades sociais a todos os níveis, em especial na comunidade estudantil, que levam ao consumo de droga e posteriormente tratar de desenvolver mecanismos que possam fazer frente a essa disparidades. O serviço desse profissional é interventivo e tem sempre em conta a peculiaridade da situação apresentada. Assim, é necessário que o elemento da equipa de enfrentamento tenha conhecimento de toda a situação envolvente, tendo diferentes visões, tais como: política existente, hábitos e costumes sociais, crescimento sócio-demográfico, influências culturais externas, entre outras.

É necessário fazer uma boa análise da situação, para que se possa fazer um enfrentamento bem dirigido e com os parceiros ideais para o controlo da situação. Um enfrentamento bem planeado e bem dirigido é a chave para o sucesso de uma grande missão.

CAPÍTULO III – CONSUMO DE DROGA NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE LUANDA

O consumo de droga tem constituído um problema social em Luanda e o facto da mesma prática se espalhar pelas escolas da cidade, constitui um problema maior, pois é na educação que está a base para o crescimento de qualquer nação e consequente estabilidade nacional.

A Brigada de Segurança Escolar, compreende todo território administrativo da província de Luanda e garante a segurança de aproximadamente **1.383.960** alunos e **42.821** professores, para além de outros trabalhadores que frequentam os estabelecimentos de ensino, dos quais **643** públicas e **360** privadas, fazendo um total de **1003** estabelecimentos de ensino distribuídos nos 7 municípios que compõem a província de Luanda, o que se tornou difícil fazer um grande número de entrevista e aplicar os questionários. Assim sendo e tendo em conta que o universo de escolas do ensino médio existente em Luanda está acima das 500 (escolas públicas e privadas), pelo que elegemos o município de Luanda, para a efectivação do nosso estudo. Esta eleição permitiu conhecer os mais diversos aspectos e condições presentes nestas instituições em relação ao consumo de droga.

3.1 - Das entrevistas

Com uma superfície de 76.505 km, uma população de 3.444.348 habitantes, o município de Luanda conta com 562 escolas, das quais 20 são do ensino médio.

Tendo em conta os objectivos da nossa investigação, entrevistamos, representativamente, dois directores de escolas do ensino médio da cidade de Luanda, sendo um de uma instituição pública e o outro de uma instituição privada, bem como o Chefe de Operações da BSE.

É unânime o reconhecimento que existe o consumo de drogas dentro da comunidade estudiantil, com maior destaque para o consumo de álcool e em segundo plano a cannabis sativa, mais conhecida por “liamba”. Apesar de, nem todas as escolas terem registado casos de consumo de drogas, flagrantes, as direcções dos estabelecimentos têm consciência de que os alunos consomem drogas e, alguns autorizados pelos pais, isso no caso do consumo de bebidas alcoólicas. No entanto cada direcção escolar tem a sua maneira de tratar os casos, a medida que forem surgindo, ou seja, não existe um plano do Ministério da educação para fazer frente a essa problemática, pelo que cada um enfrenta o caso com os mecanismos ao seu alcance e necessários para o efeito.

O facto de existir uma certa facilidade para adquirir as drogas, aumenta a possibilidade de crescer o número de consumidores, pois o comércio é, muitas vezes, feito nos arredores das escolas e em alguns casos, no interior das mesmas. Apesar dos alunos das escolas privadas possuírem um maior poder aquisitivo, o consumo é maior nas escolas públicas, pois alguns alunos residem na periferia onde se adquire com facilidade a “liamba”, a droga mais consumida e de fácil cultivo.

Os nossos entrevistados afirmam que, factores como famílias desestruturadas, a definição de um estatuto, bem como dificuldades sociais estão na base da aderência ao consumo de droga, fazendo do consumidor um indivíduo desorientado e anti-social.

Por último, os entrevistados consideram que, apesar do esforço, o trabalho da BSE tem encontrado algumas dificuldades, tendo em conta que, o fenómeno tem tomado novas proporções, a BSE deve rever a sua metodologia de trabalho e elaborar um plano coerente, capaz de fazer frente ao fenómeno e ocupar o tempo livre dos jovens com actividades interessantes para o desenvolvimento do país.

3.2 - Dos questionários

Não menos importante, é a questão de conhecer o verdadeiro mundo dos jovens estudantes e, ninguém melhor do que eles para nos mostrarem os caminhos por onde andam.

Num ambiente informal e descontraído, de modo representativo, foi aplicado um questionário à 50 alunos, dos quais 25 de escolas públicas e 25 de escolas privadas.

Atendendo a toda a investigação feita pode-se aferir que existem alunos do ensino médio no município de Luanda, que consomem drogas e a maioria deles fazem parte de famílias desestruturadas, mas com uma convivência em casa considerada razoável.

Na escola, os consumidores têm a tendência de não se considerarem bons estudantes, o que leva a que tenham má relação, criada por eles, com os seus professores e colegas.

A droga mais usada, depois do cigarro e álcool é a liamba. O consumo é feito em alguns casos por curiosidade e diversão, em outros casos para poderem pertencer a um determinado grupo delincente. De realçar que muitas vezes o consumo é feito no interior dos estabelecimentos escolares.

O número de consumidores é maior na escola privada, pois esses estudantes têm maior poder aquisitivo e nas proximidades desses estabelecimentos escolares existe maior oferta do produto consumido.

Infelizmente, no currículo escolar não existe um módulo ou programa escolar que contemple a problemática do consumo de drogas e suas consequências.

A prática do consumo de droga tem vindo a aumentar nos últimos anos nos estabelecimentos escolares, com maior predominância para as escolas privadas e, a idade dos consumidores varia entre 15 e 23 anos, que compreende a faixa etária dos alunos que frequentam o ensino médio no nosso país. Chamamos aqui a atenção para o facto de existirem consumidoras que, em razão da idade, não lhe são imputadas responsabilidades jurídicas.

Apesar dos dados adquiridos através dos inquéritos não demonstrarem o que está afirmado no parágrafo anterior, é notório, através de observação “in loco”, o aumento do número de consumidores de droga, daí a afirmação de um dos entrevistados, que caracteriza o consumo de droga nas escolas como sendo “algo trágico e digno de severa punição, para quem organiza”.

De uma forma geral, é da competência da BSE, assegurar as escolas e arredores das mesmas, mantendo ou tentando manter toda tipologia de crime longe das mesmas. Assim, o plano de prevenção e repressão da BSE, não compreende uma acção específica para a prevenção e/ou repressão ao consumo de drogas nas escolas, mas sim um programa geral de asseguramento.

3.3 - Diagnóstico das acções desenvolvidas pela BSE nas escolas do município de Luanda para fazer frente ao consumo de drogas (2016).

Sendo tarefa fundamental do Estado «garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do estado de direito democrático» e «promover o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos...» e, por se constatar um aumento gradual do sentimento de insegurança nos estabelecimentos de ensino, derivado dos comportamentos anti-sociais e consequente crescimento da criminalidade nos recintos escolares, facto que constitui um problema social.

A análise elaborada pela BSE, sobre a posse e consumo de droga nos estabelecimentos escolares no município de Luanda, referente ao ano de 2016, nosso período de estudo, mostrou que foram registados um total de 27 ocorrências, envolvendo 33 estudantes, 2 dos quais do sexo feminino.

Desses casos, destacam-se 23 de posse e consumo de liamba e 4 de consumo de bebidas alcoólicas, no interior das escolas.

Para a contenção desse fenómeno, a BSE tem realizado algumas palestras e encontros esporádicos com a comunidade estudantil, onde abordam, algumas vezes, sem tabus a problemática do tráfico e consumo de drogas.

BSE realiza também, encontros com os encarregados de educação em geral e em particular dos jovens envolvidos com o consumo de drogas. Também são realizadas visitas domiciliárias periódicas aos envolvidos, com o objectivo de fazer um acompanhamento do seu estado psico-emocional, bem como a prestação de conselhos.

Toda essa situação permite que se conheça, com mais facilidade, as falhas existente do sistema social e, concomitantemente, ajuda a pensar em formas de fazer frente a esse maldito fenómeno.

Por outro lado a BSE enfrenta as seguintes deficiências:

- Insuficientes conhecimentos que permitam o atendimento personalizado às situações decorrentes como a detecção de jovens consumidores de drogas nas escolas; no sentido dos mesmos serem encaminhados para as entidades competentes,
- Deficiente cobertura policial nos estabelecimentos de ensino por insuficiência de efectivos;
- Deficiente afluência nos Estabelecimentos de ensino situados nas áreas recônditas cujo acesso com viaturas é inviável;
- Débil afixação e catalogação dos potenciais delitivos por falta de meios apropriados para o efeito;
- Débil direccionamento das forças no terreno por falta de meios de comunicação;
- Dificuldades na elaboração dos expedientes por falta de meios informáticos nos Destacamentos;
- Falta de meios de caracterização (coletes e braçais) de forma a oferecer ao efectivo uma melhor apresentação (aprumo e atavio) e eficiente visibilidade policial;
- Fraca organização administrativa dos Destacamento por falta de espaço (gabinete) para a Brigada de Segurança Escolar.

CAPITULO IV - Plano de acção de prevenção e enfrentamento ao consumo de droga nas escolas de Ensino Médio na cidade de Luanda

Para desenvolvermos o nosso plano devemos sempre ter em conta aspectos e ou situações que têm toda a influencia para que tudo corra bem e sem atropelos. Dessa forma, teremos em conta:

Referências legais

- Decreto Lei No. 3/99 e Agosto, Lei sobre o tráfico e consumo de estupefacientes, substancias psicotrópicas e precursores.
- Lei 4/99 regula os factos relacionados com o tráfico e consumo de drogas.
- Memorando sobre funcionamento da Brigada de Segurança Escolar. Regulamento orgânico da Brigada de Segurança Escolar. Comando Provincial Luanda. 2011.
- Mensagem nº 12/DNOP/2012, de 20 FEV 2012, da Direcção Nacional de Ordem Pública.

Fundamentos sócio-operativos para o plano de acção

Sendo a tarefa fundamental da Policia Nacional Angolana, garantir a manutenção da ordem e tranquilidade públicas e sendo tarefa fundamental do Estado «garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do estado de direito democrático» e «promover o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadão...» e, por se constatar um aumento gradual do sentimento de insegurança nos estabelecimentos de ensino, derivado dos comportamentos anti-sociais e conseqüente crescimento da criminalidade nos recintos escolares, facto que constitui um problema social.

No âmbito da modernização e profissionalização da Polícia Nacional, foi concebido um novo modelo de organização policial, no sentido de garantir melhor operacionalização, personalização e prestação de serviço policial no que se refere a segurança dos cidadãos. Face a estes pressupostos, instituiu-se a **Brigada de Segurança Escolar** e, pretende-se que:

- Seja da dependência do Comando Provincial com funções de Polícia Especial;
- Seja responsável para garantir essencialmente o policiamento de proximidade (patrulhamento auto e apeado) no interior e arredores dos estabelecimentos de ensino, com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, na manutenção da ordem e tranquilidade pública dos utilizadores destes estabelecimentos, dinamizando o civismo, a coesão social e a segurança colectiva e, a mudança de uma estratégia de polícia reactiva para uma polícia proactiva, desenvolvendo

uma atitude de antecipação dos problemas e sobretudo o aumento da qualidade da acção policial.

- A complexidade social a nível da província de Luanda, obriga traçar políticas capazes de atender as demandas impostas no dia-a-dia, assim, urge a necessidade de implementar acções que permitam transmitir com eficiência e qualidade do serviço de Brigada do Segurança Escolar prestado a comunidade com este Plano de acções tendo em conta as diferentes competências:
 - Competência das escolas.
 - Competência da Brigada de Segurança Escolar
 - Competência das parcerias com outros órgãos e instruções sociais.

4 . 1 - Parcerias estratégias existentes com outros órgãos

As parcerias são o ponto forte de qualquer plano, especialmente quando conseguimos juntar todas as entidades importantes para a resolução de um problema tal como o nosso.

Dessa forma, reuniram-se os órgãos responsáveis para o devido efeito, sendo:

➤ **Direcção Provincial da Educação**

Sendo o principal destinatário da actividade de Segurança Escolar a BSE estabelece parceria com essa Direcção, fundamentalmente na área de Segurança e auto-protecção, e tem sido de extrema importância para a solução de vários problemas relacionados com a segurança da comunidade escolar.

➤ **UNICEF**

Com a UNICEF a BSE estabeleceu parceria visando ao apoio na reprodução de cartilhas de segurança escolar e outros folhetos que possam ser usados nos programas de sensibilização da comunidade estudantil, bem como no domínio da formação dos efectivos, nesse momento se encontra em curso um programa conjunto.

➤ **Departamento Nacional de Delinquência Juvenil/SIC**

Sendo que seu objecto social é a prevenção contra o consumo de droga infanto-juvenil, a Brigada está a trabalhar num plano operacional conjunto com esse órgão, visando a prevenção da criminalidade nos estabelecimentos de ensino.

➤ **Julgado de Menores, INAC e outros organismos**

A parceria com esses órgãos a nível dos municípios, sobretudo Luanda, em que o INAC responde pelo Julgado de Menores, o Destacamento local tem contactos periódicos com o referido órgão para troca de impressões e coordenação de tarefas.

4 . 2 – Acções a serem desenvolvidas por cada parte integrante do Plano de Acção de Prevenção e Enfrentamento ao Consumo de Droga nas escolas de ensino Médio no município de Luanda

Tendo em conta o objectivo geral da investigação efectuada, bem como o objectivo do Plano de Acção, que é “diminuir o consumo de droga nas escolas de ensino médio no município de Luanda”, e reunidos que estão os pressupostos para a efetivação do mesmo, elaborou-se um Plano de Acção de Prevenção e Enfrentamento ao Consumo de Droga nas escolas de ensino médio da cidade de Luanda.

Apesar de ser um plano de acção reajustável, isto é, de carácter integrador, pois contempla factores externos e internos (polícia e sociedade), a intenção é dar uma resposta coerente ao consumo de drogas nos citos estabelecimentos. Atendendo a realidade em que o mesmo será aplicado, deve sempre ser dirigido pelo órgão policial, isto é, pela PNA através da BSE, que deverá sempre ter a colaboração dos demais órgãos necessários para que o plano se desenvolva com o sucesso desejado. O plano deverá ser avaliado periodicamente, tendo em conta a dinâmica do desenvolvimento social.

Dessa forma e numa primeira fase, cada órgão envolvido no plano terá as seguintes responsabilidades:

Escolas de Ensino Médio.

Objectivo nº 1: Promover programas de sensibilização da comunidade estudantil sobre as consequências negativas do consumo de drogas ou álcool.

Acção: Criação de círculo de interesse “Escolas livre das drogas” nas escolas do ensino médio da cidade de Luanda.

Objectivo nº 2: Incrementar os locais de lazer para assegurar que os alunos recebam a melhor oportunidade para o desenvolvimento e protecção a fim de evitar que esses despoletem em práticas criminais

Acção: Propor a criação e construção de centros de formação profissional, bem como de recintos polidesportivos nas escolas e nos municípios da cidade de Luanda em coordenação com a Direcção Provincial da Educação e o MINARS.

Objectivo nº 3: Incrementar programas de carácter lúdicos para assegurar que os alunos recebam a melhor oportunidade para o desenvolvimento e protecção a fim de evitar que esses despoletem em práticas criminais

Acção: Elaborar e efectivar programas de carácter lúdico para ocupação dos tempos livres das Crianças/jovens.

Brigada de Segurança Escolar.

Objectivo nº 1: Dotar os efectivos de conhecimentos que permitam atendimento personalizados às situações decorrentes como a detecção de jovens em risco, com comportamentos delinquentes, consumidores de drogas, ou álcool nas escolas; no sentido dos mesmos serem encaminhados para as entidades competentes.

Acção: Sugerir ao Comandante Geral um programa de formação especializada para os efectivos da BSE.

Objectivo nº 2: avaliar o desenvolvimento dos efectivos a partir do cumprimento da sua missão, que é Garantir bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos e, por se constatar um aumento gradual do sentimento de insegurança nos estabelecimentos de ensino, derivado dos comportamentos anti-sociais e conseqüente crescimento da criminalidade nos recintos escolares.

Acção: Sugerir ao Comandante Geral que sejam feitas avaliações sistemáticas do trabalho desenvolvido pela BSE.

Objectivo nº 3: Garantir essencialmente o policiamento de proximidade (patrulhamento auto e apeado) no interior e arredores dos estabelecimentos de ensino, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos

Acção: Sugerir ao Comandante Geral a implementação do projecto da BSE, de criar e instalar uma Subunidades de Segurança Escolar por cada Divisão;

Objectivo nº 4: Garantir medidas policiais a partir dos diagnósticos feitos para lograr uma visão do aumento do sentimento de segurança dos alunos e outros membros da comunidade estudantil.

Acção: Realização de diagnóstico da situação de segurança das instituições escolares e arredores, a ser feita pelos efectivos da Brigada de Segurança Escolar de cada escola em parceria com as direcções das escolas e outros órgãos e instituições sociais do bairro o município.

Objectivo nº 5: Melhorar o nível de sentimento de segurança da comunidade escolar e diminuir as conseqüências nocivas do consumo de droga.

Acção: Realizar palestras nas escolas para esclarecer os alunos/encarregados de educação da necessidade de apresentação formal de denúncia criminais em caso das situações decorrentes como a detenção de jovens em risco, com comportamentos delinquentes, consumidores de droga nas escolas.

Órgãos de comunicação social

Objectivo: Dar a conhecer a sociedade as causas, consequências e formas de prevenção do consumo de droga.

Acção única: Desenvolver um programa televisivo e radiofónico aberto em todos os sentidos, dirigido maioritariamente para a camada estudantil, onde se fará uma abordagem profunda as consequências do tráfico e consumo de droga, enfrentamento, prevenção e todas as situações que envolvem essa temática. O respectivo programa, numa primeira fase, terá transmissão semanal e respectiva reposição, tendo em conta a necessidade e realidade social existente.

Outros órgãos e instituições sociais.

Objectivo nº1: Garantir uma melhor convivência polícia/cidadão e controlo de jovens consumidores.

Acção: Construção de um recinto multicultural com actividades extra – escolares de diversa natureza, junto de cada Divisão e que seria da inteira da mesma, conjugada com a administração local, as instituições sociais do território o bairro.

Objectivo nº2: Fortalecer a imagem da polícia em relação ao enfrentamento e as consequências negativas do consumo de drogas e ou álcool.

Acção: Divulgar, através dos órgãos de comunicação, o trabalho levado a cabo pela Polícia e mostrar pelos mesmos meios que é uma instituição amiga, capaz de resolver os problemas vivenciais da população e fortalecer a imagem das BSE.

Objectivo nº 3: Promover programas de sensibilização sobre as consequências negativas do consumo de droga.

Acção: Realização de seminários ministrados por ex-consumidores e técnicos qualificados no enfrentamento ao consumo de droga nas escolas ou locais das instituições sociais próximas das escolas.

Conclusões

A investigação elaborada permitiu que se chegasse as seguintes conclusões:

1.- Quanto as características do consumo de drogas nas Escolas de ensino médio na cidade de Luanda pode-se afirmar que nas escolas de ensino médio no município de Luanda, existem alunos que consumem droga e o fazem por pura diversão, para poderem alcançar um determinado estatuto ou para pertencerem a determinado grupo. A maioria dos consumidores pertence a famílias desestruturadas, apesar dos mesmos considerarem que têm um ambiente razoável em casa, mas por outro lado, não têm boa relação com os professores e colegas, pelo que não se consideram bons alunos. A droga mais usada, para além do álcool e do cigarro, é a liamba que é mais facilmente adquirida pelos alunos da escola privada, pois têm maior poder financeiro, o que torna maior o consumo na escola privada, em comparação a escola pública.

2.- Quanto ao diagnóstico das acções desenvolvidas pela Brigada de Segurança Escolar (BSE), em relação ao consumo de droga nas escolas de ensino médio do município de Luanda, podemos aferir que a falta de efectivo para cobrir o serviço policial a ser desenvolvido pela BSE, origina uma deficiente cobertura policial nos estabelecimento de ensino, bem como um débil direccionamento das forças no terreno, resultando na fraca elaboração de expediente, tendo em conta a realidade existente, o que permite que exista uma cifra negra nas ocorrências relatadas pela BSE.

O facto da BSE não ter um programa de formação específico, virado para o consumo de droga nas escolas, leva a que os agentes não estejam municiados com conhecimentos necessários que permitam o atendimento personalizado das situações decorrentes com consumidores de drogas nas escolas; no sentido dos mesmos serem encaminhados para as entidades competentes.

3.- A complexidade social a nível da província de Luanda, obriga a traçar políticas capazes de atender as demandas impostas no dia-a-dia, assim, urge a necessidade de implementar acções que permitam transmitir com eficiência e qualidade o serviço de Brigada de Segurança Escolar prestado a comunidade.

4.- O Plano de acção contribuirá para o melhoramento do sistema de prevenção e enfrentamento ao consumo de drogas nas escolas de Luanda, possibilitando incrementar a eficiência e qualidade com a inclusão da competências no território da Brigada de Segurança Escolar, bem como das escolas em parcerias com outros órgãos e instituições sociais.

Por outro lado, podemos confirmar as hipóteses por nós adiantadas, tendo em conta que, só é possível combater com sucesso, o fenómeno em estudo,

quando os órgãos responsáveis estiverem devidamente articulados, desenvolvendo cada um o seu verdadeiro papel.

Realçar que, a nossa segunda hipótese também se confirma, pois qualquer sociedade é responsável pela convivência saudável entre os cidadãos e os órgãos estatais que a constituem.

Recomendações

Atendendo a todos os dados recolhidos, pressupostos encontrados, plano de acção elaborado e conclusões tiradas, recomendamos:

- Ao Comando Geral da Policia Nacional que considere a proposta do **PLANO DE ACÇÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO CONSUMO DE DROGA NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE LUANDA**, para sua aplicação imediata.
- Continuar a desenvolver investigações em outros níveis de ensino sobre o consumo de drogas.
- Pressionar os outros órgãos estatais responsáveis pelo tratamento dessa matéria, no sentido de dar-se uma resposta coerente a actual a situação.
- Desenvolver e expandir, com os órgãos da comunicação social, programas anti-drogas.
- Potenciar a BSE, com meios humanos e material necessário para o bom desenvolvimento do seu trabalho.
- Capacitar e qualificar, especificamente o efectivo da BSE, para a prevenção e enfrentamento ao consumo de droga.
- A BSE deve desenvolver programas extra-escolares, com o objectivo de ocupar e controlar o tempo livre dos alunos.
- Construção de um centro de reabilitação com todas as condições de assistência e todos os órgãos intervenientes.
- Construção de quadras polidesportivas junto das Divisões de Polícia, com o objectivo de serem controladas por essa instituição.

Para cada acção a sua reacção e, devemos fazer as coisas tendo em conta ensinamentos, tais como o do Presidente de Cuba Raul Castro "Sin prisa pero sin pausa", pelo que afirmo que estudiosos continuarão a sua batalha no sentido de encontrar soluções de prevenção e enfrentamento a essa problemática.

Luanda, 10 de Novembro de 2017

Anisabel Gourgel da Silva Santana

Bibliografia

Cândido Da Agra, Entre droga e crime, 2ª edição, casa das letras, Janeiro de 2008

Eduardo Ferreira, Estratégias de Prevenção Criminal – Pressupostos e Resultados Obtidos, Criminologia (2004/2005)

Joana da Costa e Sérgio Soares, O gang e a escola (agressão e contra-agressão nas margens de Lisboa), edições Colibri, Lisboa, Maio de 2002

ONU. Convênios Internacionais de Nações Unidas em Matéria de Drogas.

Nações Unidas. Estupefacientes Submetidos à Fiscalização Internacional. Áustria, Viena, Centro Internacional de Viena, 38a. Edição, Março de 1996.

Nações Unidas, Junta Internacional da Fiscalização de Estupefacientes: Lista de Substâncias Psicotrópica Submetidas à Fiscalização Internacional. Áustria, Viena, Centro Internacional de Viena, Décima oitava Edição, Dezembro de 1997.

Nações Unidas, Junta Internacional da Fiscalização de Estupefacientes: Lista da Sustâncias Utilizadas Frequentemente na Fabricação Ilícita de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópica Submetidos à Fiscalização Internacional. Áustria, Viena, Centro Internacional de Viena, Quarta Edição, Janeiro de 1997.

Maurice Cusson, Criminologia, 3ª edição, casa das letras, Maio de 2011.

Medina Darías, Roberto: Manual para la preparación Antidrogas. Cuba, Ministerio del Interior, Instituto Superior del MININT Eliseo Reyes Rodríguez "Capitán San Luís", Cátedra Antidrogas, 2002, 424p.

Pérez, Elkis Rojas e Darías, Roberto Medina, *Actividad Ilícita de Drogas*, ISMI, La Habana, 2012

Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Traduzido por, Marques, João M., et al., ed. Gradiva, Lisboa, 1998.

Sarmiento, Manuela; *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutorado, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008.

Gaudet, Etienne; *Drogas e adolescências, respostas as dúvidas dos pais crescer e viver*

Internet, Consulta do relatório da ONUDC de 2013, nos dias 28 e 31 de Outubro de 2013.

Internet, página do Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas (OBID), do Ministério da Justiça do Brasil, consultada no dia 5 de Novembro de 2013.

LEGISLAÇÃO DIVERSA

Constituição da República de Angola

Decreto – Lei nº 20/93, de 11 de Junho, com a emenda do Decreto-Lei n.º 10/95, de 28 de Abril- Estatuto Orgânico da Polícia Nacional De Angola.

Decreto-Lei n.º 3/99 de 6 de Agosto, Lei sobre o tráfico e consumo de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e precursores.

Lei 4/99 regula os factos relacionados com o tráfico e consumo de drogas.

Memorando sobre funcionamento da Brigada de Segurança Escolar.

Regulamento orgânico da Brigada de Segurança Escolar. Comando Provincial Luanda. 2011.

Mensagem nº 12/DNOP/2012, de 20 FEV 2012, da Direcção Nacional de Ordem Pública.

Anexos